



INFORMATIVO APOEMA

www.apoema.com.br

ANO 2 - VOL 60- 05/JUN-2010

Junho, mês do ambiente

Bere Adams

Em junho, por conta do dia 5, quando comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia, por todos os lados podemos ver e participar de ações ambientais na busca de sensibilização e conscientização da sociedade, e isto é animador.

Apesar de lentas, muitas mudanças estão ocorrendo graças à evolução da Educação Ambiental, mesmo que esta prática se apresente, muitas vezes, como uma prática estanque e relacionada com desastres ecológicos e/ou a datas comemorativas.

A esta altura tudo é válido para levantar os índices de audiência para ações que pretendem gerar mudanças para uma vida sustentável.

Há quem diga: “O importante é cada um fazer sua parte no cuidado com o meio ambiente”, porém, especialistas alertam que é preciso fazer mais do que cada um a sua parte, pois muitos são os que nada fazem, quer seja por imaturidade ecológica, ou por interesses econômicos.

Então, concluo a abertura deste informativo dizendo, neste dia tão especial, que: O importante é cada um fazer a sua parte, de forma que o seu fazer impulse novas ações, ampliando essa ciranda de amor e cuidado com o meio ambiente, pelo bem da vida, e em respeito à Terra.



Maioria da população desconhece o conceito de sustentabilidade



Pessoas com mais de 45 anos, em especial as mulheres da classe C, de São Paulo e de Porto Alegre, demonstram maior grau de envolvimento com a questão.

Por Administradores EcoAgência

A preservação do meio ambiente já não é uma preocupação restrita às classes sociais brasileiras com maior acesso à informação, estendendo-se também, nos últimos três anos, aos segmentos C e D. Mas as ações governamentais, de ONGs e da iniciativa privada não têm sido suficientes para ampliar o nível de conscientização da população. A TNS Research International, que atua no segmento de pesquisas customizadas, elaborou um estudo com enfoque em sustentabilidade, concluído no primeiro trimestre deste ano. Após 1.500 entrevistas com homens e mulheres de 18 a 60 anos, realizadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, o levantamento constatou que, na prática, a população brasileira ainda se mantém distanciada das chamadas práticas sustentáveis.

"Estamos num estágio embrionário como agentes da 'revolução verde', afirma Elizabeth Salmeirão, diretora da área de Varejo da TNS Research International. Segundo a pesquisadora, embora 67% dos entrevistados estejam, atualmente, mais preocupados com o tema, ainda é expressiva a parcela de pessoas (8%) que não têm nenhuma familiaridade com o assunto.

Curiosamente, não são os jovens, mas pessoas com mais de 45 anos, em especial as mulheres da classe C, de São Paulo e de Porto Alegre, o público que demonstra maior grau de envolvimento com a questão. Os mais jovens também têm algum envolvimento com o assunto mas, de acordo com a os resultados da pesquisa, isso não se reverte em práticas sustentáveis. Três perfis distintos de entrevistados foram identificados no estudo. Os "engajados", aqueles que mantêm atitudes cotidianas em relação à sustentabilidade e consomem produtos "verdes" e representam apenas 4% do total da amostra. Já os "envolvidos", maior parcela do público pesquisado (51%), adotam práticas de economia de água e luz, mas o fazem por economia e não pela conscientização. Por último, os "ausentes", que representam quase a metade da população (45%) e mostram-se indiferentes a essa problemática, revelando pouca ou nenhuma familiaridade com o tema. Eles estão concentrados no Rio de Janeiro e em Salvador.

Fonte: EcoAgência - Veja a matéria do dia Terça-feira, 01 de Junho de 2010, na íntegra



Para pensar:

"Para começar, qualquer legislação que se preze deve ser racional. Leia-se aplicável: sem brechas, sem ambiguidades e sem absurdos. Tratando-se de meio ambiente não adianta chorar árvore derrubada ou petróleo derramado. Quer dizer, não dá para esperar acontecer para depois prevenir". Ateneia Feijó

Direcionando a educação para mudanças de atitudes

Bere Adams

Os documentos que balizam a Educação Ambiental, que foram elaborados por diferentes coletivos como a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental (...), assim como a Lei Nº 9.795/99, são importantes ferramentas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento de uma visão mais abrangente sobre nossas responsabilidades para com o Planeta, e por isto foram destacados alguns trechos especialmente para o dia de hoje. Começemos pela Carta da Terra, quando trata sobre nossa responsabilidade:

"Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, interdependentes, visando a um modo de vida sustentável como padrão comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será dirigida e avaliada."

Do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, destaca-se que

(...) a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria (...) e que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

Mas como praticar a Educação Ambiental? Na Lei Nº 9.795/99 tem-se alguns indicativos importantes, que se tornam imperativos, para o exercício da Educação Ambiental, uma vez que aborda seu enfoque de prática educacional interdisciplinar, a ser desenvolvida em todos os níveis de ensino: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".

Para que se compreenda a EA como uma prática interdisciplinar, os seus princípios são esclarecedores. Conforme a lei referida, são princípios básicos da educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Pode-se perceber que a Educação Ambiental não é algo a mais a ser trabalhado na escola ou em outros contextos educacionais, ela é uma nova forma de educar, interrelacionando as disciplinas, olhando e compreendendo a vida por diferentes ângulos, para que possa desenvolver cidadãos críticos que se sintam parte do meio ambiente, e não meros usufrutuários deste.



trabalhado na escola ou em outros contextos educacionais, ela é uma nova forma de educar, interrelacionando as disciplinas, olhando e compreendendo a vida por diferentes ângulos, para que possa desenvolver cidadãos críticos que se sintam parte do meio ambiente, e não meros usufrutuários deste.

"Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva".

CARTA DA TERRA

SAIBA QUE...

A partir de 2006 os governos nacionais começaram a comprometer-se de uma maneira mais forte e formal com a Carta da Terra. O Ministério do Meio Ambiente do Brasil estabeleceu um acordo formal com a Secretaria da Carta da Terra Internacional e o Centro para Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (...) Fonte: Carta da Terra em Ação.

Informativo elaborado por:

Projeto Apoema: www.apoema.com.br
Redação: Bere Adams
Jornalista Resp.- Alice G. Adams Mtb 12690
Contato: bere@apoema.com.br